

# Educação Mediada por Tecnologias e Distanciamento Social: Experiência Docente na Educação Básica

## *Education Mediated by Technologies and Social Distancing: Teaching Experience in Basic Education*

ISSN 2177-8310  
DOI: 10.18264/eadf.v10i3.1237

Silvia Letícia Costa Pereira Correia<sup>1\*</sup>  
Diego Aric Cerqueira e Cruz<sup>2</sup>  
Lorena Bárbara da Rocha Ribeiro<sup>1</sup>  
Rosângela Maia<sup>3</sup>

<sup>1\*</sup> Universidade do Estado da Bahia -  
Rua Silveira Martins 2555, Cabula -  
Salvador - BA Brasil  
[\\*sil.lete.arquivos@gmail.com](mailto:*sil.lete.arquivos@gmail.com)

<sup>2</sup> Faculdade Metropolitana de Camaçari  
- Av. Leste, Ponto Certo - Camaçari - BA  
- Brasil

<sup>3</sup> Universidade Federal da Bahia - Rua  
barão de Jeremoabo. PAF V, Ondina -  
Salvador - BA - Brasil

### Resumo

O presente artigo buscou delinear um panorama do momento educacional atual, refletindo acerca das ações pedagógicas desenvolvidas por instituições formais de educação básica, destacando a necessidade de se diferenciar a modalidade da Educação a Distância e a Educação Mediada por Tecnologias. O estudo foi encaminhado com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa, sem desprezar dados quantitativos, interpretados à luz de um contexto. Participaram deste estudo 84 professores da educação básica dos municípios baianos de Salvador e Simões Filho, de forma voluntária e anônima. A coleta de dados ocorreu em duas etapas: abril e setembro de 2020, através de aplicação de questionário disponibilizado em plataforma virtual. Na estrutura do artigo, foi retomado brevemente o conceito e as especificidades da EaD como modalidade de ensino; a distinção entre EaD e Educação Mediada por Tecnologias, além de conhecer e entender as estratégias pedagógicas adotadas ante o movimento de incerteza provocado pela pandemia. Os dados produzidos com o estudo evidenciam que vivemos um momento em que as tecnologias digitais estão sendo inseridas no ensino fundamental de maneira maciça. Em contrapartida, ainda se apresentam desafios que refletem situações peculiares, relacionadas, sobretudo, à dificuldade para lidar com esta nova realidade que se processa. Para além da discussão em torno da Educação a Distância e do Ensino Mediado por Tecnologias, notamos a necessidade de aperfeiçoar eventuais propostas interventivas e resolutivas das problemáticas emergentes, prenunciando alguns questionamentos e lacunas a partir da investigação aqui iniciada e favorecendo uma perspectiva de formulação de políticas públicas sérias na área da educação.

**Palavras-chave:** Distanciamento social. Educação a distância. Educação mediada por tecnologias. Educação básica.



Recebido 19/10/2020  
Aceito 18/02/2021  
Publicado 16/03/2021

### COMO CITAR ESTE ARTIGO

**ABNT:** CORREIA, S. L. C. P. *et al.* Educação Mediada por Tecnologias e Distanciamento Social: Experiência Docente na Educação Básica. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1237, 2020.  
doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1237>

## ***Education Mediated by Technologies and Social Distancing: Teaching Experience in Basic Education***

### *Abstract*

*This article aimed at outlining an overview of the current educational moment, reflecting on the pedagogical actions developed by formal institutions of basic education, highlighting the need of differentiating the modalities of Distance Learning and Education Mediated by Technologies. The study was conducted based on the assumptions of qualitative research, without neglecting quantitative data, interpreted according to a context. 84 teachers of basic education from the municipalities of Salvador and Simões Filho in Bahia participated in the study voluntarily and anonymously. Data collection took place in two stages: April and September 2020, through the application of a questionnaire available on a virtual platform. In the paper's discussion, the concept, history and specificities of distance learning as a modality were briefly resumed; as well as the difference between distance learning and education mediated by technologies, besides knowing and understanding the pedagogical strategies adopted in the face of the uncertainty caused by the pandemic. The data produced with this study emphasize that we are living in a moment when digital technologies are being massively introduced into primary education. On the other hand, there are still challenges that reflect peculiar situations, related mainly to the difficulty of handling a new ongoing reality. Aside from the discussion on Distance Learning and Education Mediated by Technologies, we noticed the urge of improving possible interventional and remedial proposals for the emerging issues, foreseeing some questions and gaps based on the research initiated here and promoting a policy-making perspective of designing serious public policies in the area of education.*

**Keywords:** *Social distancing. Distance learning. Education Mediated by technologies. Basic education.*

## 1. Introdução

O ano de 2020 vem sendo marcado pela pandemia do COVID-19, registrada em diversos países como China, Itália, Espanha, Índia, Estados Unidos, Egito, Austrália, Argélia, Brasil, entre outros, exigindo a adoção de medidas de combate a essa enfermidade. Seguindo orientações da Organização Mundial de Saúde (2020), os países adotaram o distanciamento social como principal forma de diminuir a velocidade da transmissão do vírus e, conseqüentemente, o contágio em massa. As medidas de distanciamento causaram impactos de curto prazo na economia, política, saúde, educação, uma vez que mexeram com as estruturas até então conhecidas e praticadas socialmente.

No âmbito da educação brasileira, as medidas reverberaram, sobretudo, nas aulas presenciais já que Estados e Municípios, preventivamente optaram pelo fechamento das escolas e Universidades das Redes privada e pública do país. No Estado da Bahia, o Decreto N°. 19.528 de 16 de março de 2020, regulamentou medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, com suspensão das aulas no Estado, por período inicial de 30 dias. Este prazo foi ampliado pelo Decreto N°. 19.586 de 27 de março de 2020 que ratificou a situação de emergência em todo o território baiano, corroborando com a suspensão das atividades letivas por um período superior ao indicado inicialmente. Mais recentemente, o

Decreto Nº. 20.128, de 01 de dezembro de 2020, prorrogou o período de suspensão das aulas nas redes pública e privada de ensino em todo o território baiano até 17 de dezembro.

Com isso, emergiu uma cobrança por parte da sociedade em geral, com relação à manutenção da educação formal de crianças e jovens, na tentativa de minimizar os efeitos do distanciamento social no âmbito educativo. Passou a fazer parte, de maneira mais efetiva, do universo educacional, a utilização das tecnologias digitais sugeridas como ferramentas alternativas para o enfrentamento da situação então vivenciada.

Instituições particulares e públicas passaram a recomendar a utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis para realização de atividades pedagógicas com os alunos, sob o pretexto de que estariam promovendo Educação a Distância (EaD) na educação básica, o que em nosso entendimento, é uma banalização do termo e da modalidade, uma vez que esta tem características, estrutura e especificidades bem definidas e que destoam da maneira como vem sendo desenvolvida no momento atípico existente.

Deste modo, o presente artigo buscou delinear um panorama do momento educacional atual, refletindo acerca das ações pedagógicas desenvolvidas por instituições formais de educação básica, destacando a necessidade de se diferenciar a modalidade da Educação a Distância e a Educação Mediada por Tecnologias. A partir de questionário aplicado aos professores das Redes de ensino das cidades de Salvador e Simões Filho, coletamos as informações que embasaram as reflexões aqui realizadas. Neste sentido, retomamos brevemente o conceito e as especificidades da EaD como modalidade de ensino; tecemos a distinção entre a EaD e a Educação Mediada por Tecnologias, além de conhecer e entender as estratégias pedagógicas adotadas ante o movimento de incerteza provocado pela pandemia.

## 2. Educação a Distância e Educação Mediada por Tecnologias: Breves Incursões

O ensino a distância apresenta um processo de busca por caminhos de consolidação através de uma trajetória que atravessa todo o século XX, até tornar-se modalidade de educação no escopo da legislação brasileira conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96. Surge, segundo autores como Gouvêa & Oliveira (2006), com a utilização das epístolas que ensinavam aos indivíduos regras de convivência na comunidade.

Desta forma, os movimentos de compreensão sobre a EaD se constituem mesmo antes do cenário das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e da expansão da internet. Estes, certamente proporcionaram uma “mudança geracional com consequências não apenas modais, mas pedagógicas” (NONATO; SALES, 2017, p. 75). Isto porque ao passo que as civilizações eram constituídas e o processo civilizatório foi se modificando, a EaD se integrou a movimentos comunicacionais e de informação que as TIC e o acesso à internet, possibilitaram.

Para Sales (2006) a compreensão da evolução da EaD, demonstra tanto possibilidades aos processos educacionais quanto enfrentamentos da modalidade, visto que a partir do que é demandado pelas sociedades e pelas necessidades dos sujeitos aprendentes, a EaD vai sendo repensada para atender a novos objetivos educacionais, com a utilização de objetos de aprendizagem que agregam seu potencial, na inserção das variáveis e multirreferenciais possibilidades que as tecnologias conferem.

Para definir a Educação a Distância, corroboramos com o entendimento de Pimentel e Carvalho (2020), que afirmam ser esta uma modalidade educacional alternativa à educação presencial, que apresenta especificidades que a caracterizam, tais como: construção de redes de aprendizagem, mediação pedagógica, autonomia, interação como princípio educativo, interatividade, entre outros. É uma modalidade de ensino que está estruturada no país por uma legislação específica que permite sua implementação na educação básica, incluindo a educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio e educação superior.

Nesta contextura, a EaD apresenta um formato reconhecido e ampliado, além de apresentar um reflexo positivo na aprendizagem dos estudantes que optam por esta modalidade. Deste modo, as propostas de Educação a Distância vem sendo expandidas por sua abertura, eficácia e flexibilidade. Assim, a modalidade se tornou um fenômeno disruptivo, pois faz referência a um processo coletivo, resultante de um processo criativo, inventivo, transformador do pensamento e da ação humana, que mobiliza o sujeito crítico, criativo, engajado, interventivo a pensar, refletir, agir etc.

Isso nos leva a pensar sobre o aspecto imaterial do entendimento da tecnologia enquanto arte inovadora e criadora dos sujeitos - ou seja, na existência de uma relação entre o conceito de inovação/criação e as reflexões epistêmicas. Neste sentido, entendemos que não se pode desvincular a inovação da "veia" imaterial e subjetiva da tecnologia. O que, por sua vez nos remete a ações concretas e a produção de significados e sentidos como produtos da práxis (força motriz para um processo inovador) que edifica espaços instituintes e proporciona rupturas a começar por considerar o protagonismo de alunos e professores, sobretudo na tentativa e também na concretude de modificação das razões, papéis, compromissos, entre outros, ante os processos formativos existentes.

Assim a EaD pode ser pensada como um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente (MORAN, 2002). Esta ideia é corroborada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2005) que apresenta a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Em ambos os casos, enfatiza-se que a EaD engloba a Educação Mediada por Tecnologias. Porém, por se tratar de uma modalidade, está para além da utilização tecnológica, pois, como afirmado apresenta uma estrutura, pressupostos, epistemologia e dinâmica próprias e bem definidas.

Ao mencionar a Educação Mediada por Tecnologias, aborda-se, necessariamente sobre uma concepção didática, pedagógica e metodológica que insere com mais intensidade as tecnologias digitais no âmbito educativo, também em espaço/tempo diferentes, com a utilização de recursos midiáticos interativos e também, exigindo uma mudança na postura do professor que não pode transpor o que costumeiramente se faz na educação convencional, presencial, mas potencializa os recursos e as ferramentas disponíveis para utilização no ato educativo. Vale dizer, apoiados nas palavras de Goedert e Arndt (2020,p. 107) que "as tecnologias digitais, entendidas aqui como artefatos culturais de nossa sociedade, contribuem para a resignificação nas mais diferentes esferas da organização social, sejam elas culturais, políticas, econômicas ou educacionais".

A ênfase dada na questão da oferta da educação mediada por dispositivos tecnológicos, potencializa o processo comunicativo em prol da aprendizagem dos sujeitos ao voltar seus esforços na tentativa de sanar os obstáculos, desafios e afastamentos que a pandemia ocasionou. As propostas didáticas, pedagógicas, metodológicas em contextos educativos mediados pelas tecnologias digitais devem favorecer o exercício cognitivo, a aproximação entre os sujeitos e o desenvolvimento de habilidades comunicativas. E, desta forma, Goedert e Borges (2017) afirmam o entendimento de que essa perspectiva exige análise criteriosa do processo de mediação pedagógica, tanto tecnológico quanto humano, necessário para que a aprendizagem se efetive.

Ante a situação imposta pela pandemia, as instituições educativas adotaram as tecnologias digitais como alternativa para a educação de crianças e jovens nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, tanto em instituições públicas quanto privadas do país, o que vai de encontro ao que é preconizado na Lei. Mas o que o panorama atual da educação nos indica? Quais tem sido as ações pedagógicas desenvolvidas pelas instituições formais de educação básica? Em que medida estamos praticando uma Educação Mediada por Tecnologias num panorama de distanciamento social? Estas questões são norteadoras deste estudo, derivadas de seu objetivo. Neste sentido, na continuidade, esboçamos os achados da pesquisa realizada com professores e professoras do ensino fundamental, conforme já exposto na introdução deste escrito.

### 3. Indicativos da Pesquisa: Questões Emergentes

Este estudo foi encaminhado com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa, sem desprezar dados quantitativos que podem, a nosso ver, auxiliar no entendimento das questões propostas, desde que interpretados à luz de um dado contexto. Numa primeira etapa, participaram deste estudo, 84 profissionais da educação básica atuantes nos municípios baianos de Salvador e Simões Filho. Na etapa seguinte, participaram 64 profissionais dos mesmos municípios. A adesão foi de forma voluntária e anônima, tendo sido explicitado aos participantes a finalidade da pesquisa. A coleta de dados da etapa 1, ocorreu em abril de 2020, no início da pandemia, em que as iniciativas na área de educação estavam sendo formuladas e ainda eram muito incipientes. E em setembro, na etapa 2, através da busca ativa por alguns respondentes da primeira etapa da pesquisa, coletamos os dados mais recentes, buscando comparar as condições e expectativas prévias existentes no período.

Em ambas as etapas, as professoras e professores responderam individualmente a um questionário misto, elaborado no *Google Forms* e disponibilizado por *e-mail* e *whatsapp*. A utilização do questionário, segundo Gil (1999, p. 129), é apropriado pois possibilita atingir grande número de pessoas mesmo que estejam dispersas ou numa área geográfica extensa; garante o anonimato das pessoas; além de não expor os pesquisadores à influência das opiniões dos entrevistados.

O Instrumento 1 continha quinze questões: dez delas fechadas com respostas de múltiplas escolhas e um campo para comentários de interesse dos respondentes, sobre questões que eventualmente não tivessem sido abordados no questionário. As perguntas constantes no questionário inicial enviado abordavam sobre as práticas pedagógicas implantadas pelas instituições e/ou sistemas de ensino, à época e estavam divididas em três blocos: 1. Caracterização; 2. Questões Pedagógicas; 3. Outros. Na segunda etapa, utilizamos outro questionário, no qual constavam sete perguntas abertas que versaram sobre pontos positivos e negativos do distanciamento social e ações pedagógicas, acompanhamento e suporte nas atividades, aprimoramento do monitoramento feito pelas Instituições, entre outros. As perguntas abertas e demais comentários foram codificadas com P1, P2, P3... garantindo, assim, o sigilo em torno da identidade do respondente.

Com relação à caracterização e ao perfil dos respondentes, 60 são do sexo feminino e os outros 24, do sexo masculino sendo que as idades variaram de 30 a 40 anos, com tempo de atuação no magistério, superior a 10 anos. Além disso, a área de formação também foi muito diversificada: Pedagogia, Filosofia, Matemática, História, Geografia e Artes, por exemplo. Do total dos respondentes, 02 são Doutores, 07 Mestres, 54 Especialistas e 21 Graduados. Embora tenham formações em áreas de licenciatura e pós-graduação vinculada à área educacional, nenhum deles possui curso específico na área da Educação a Distância, muito embora tenham participado de cursos na modalidade EaD, como discentes. Foi unânime a afirmação de não terem experiência com o ensino remoto, não terem recebido formação específica e/ou adequada, além de um desconhecimento para adequação das atividades e materiais ao ensino remoto.

A pesquisa revela que dentre os respondentes, cerca de 10% não possui conexão com *internet* em casa. Outros 25% utilizam a *internet* do próprio celular através dos dados móveis. Cerca de 16% dos participantes afirmaram possuir *internet* limitada e outros 49% tem acesso à *internet* banda larga. Com relação aos dispositivos que possuem em suas residências, os respondentes citaram computador de mesa (15%), *notebook* (37%) e celular (48%).

Dos respondentes, 29 atuam em escolas da Rede Privada de ensino, outros 53 atuam na Rede Pública e 02 atuam como docentes das duas Redes de ensino, estando inseridos em realidades de trabalho distintas. Quanto aos segmentos de atuação, observa-se que a maior parte dos respondentes atua exclusivamente no ensino fundamental I (46,43%), seguindo-se dos que atuam na educação infantil (14,29%) e no ensino fundamental II (11,90%). Outros 27,38% são os respondentes que atuam em mais de um segmento.

A partir dos dados coletados, identificamos que os respondentes são de maioria feminina, com pós-graduação em nível de especialização, sem experiência como docentes na modalidade EaD, atuantes no ensino fundamental I, em escolas da rede pública de ensino, além de não possuírem experiência com o ensino remoto.

O segundo bloco de perguntas buscou conhecer sobre as práticas pedagógicas adotadas pelas instituições e seus profissionais, ante a situação vivenciada. Iniciamos este bloco com a seguinte pergunta: 'sua escola enviou e/ou enviará atividades aos alunos, referente ao período de distanciamento social?'. Como resposta, tem-se:

**Tabela 1:** Envio de atividades aos alunos.

Resposta	Nº.	Percentual (%)
Sim e já estão sendo enviadas	62	73,81
Não. Mas está em processo de elaboração	12	14,29
Não e não serão enviadas	10	11,90
Total	84	100,00

**Fonte:** Pesquisa de campo, abril de 2020.

Os dados coletados mostram que de 88,10% (considerando os que já haviam enviado e os que estavam em fase de elaboração), dos profissionais e escolas mobilizaram-se para envio de atividades programadas para os alunos durante o período de distanciamento social que começara na segunda quinzena de março/2020. Isso demonstra uma preocupação com o ensino formal, em todas as instâncias, além de ser uma resposta, ainda que paliativa, para a sociedade de forma geral, que tem na escola e no ensino presencial a base para a educação das crianças e jovens.

Na continuidade, foi apresentada outra questão: 'como as atividades pedagógicas estão/serão disponibilizadas para os alunos?', como explicitado na Tabela 2:

**Tabela 2:** Disponibilização das atividades aos alunos.

Resposta	Nº.	Percentual (%)
Através do <i>WhatsApp</i>	18	21,43
Plataforma de ensino/site	25	29,76
Encaminadas por e-mail	03	3,57
Impressas	15	17,86
Não se aplica	10	11,90
Outros (alternativas mistas)	13	15,48
Total	84	100,00

**Fonte:** Pesquisa de campo, abril de 2020.

Notamos uma diversificação na forma como as atividades foram ou seriam disponibilizadas. Pouco mais de 29% dos respondentes apontaram a utilização de plataformas de ensino/site como ferramenta de auxílio para acesso dos alunos e suas famílias às atividades, seguido pelo *whatsapp*, apontado por 21,43% dos participantes.

As atividades impressas também foram mencionadas por 17,86% dos respondentes. Acreditamos que isto se deve ao fato de que os alunos, sobretudo das escolas públicas, não tem acesso à internet, dificultando a utilização de outros meios e/ou instrumentos. Também foram mencionadas alternativas mistas.



Ou seja, as escolas e seus profissionais, buscaram mesclar as possibilidades existentes, não se atendo apenas a uma delas, podendo alcançar um número maior de alunos. Ao tocar nesta questão, alguns respondentes chamam atenção para o acesso à ferramenta. Como evidenciado nos excertos a seguir:

“Temos nos esforçado para manter uma rotina de atividades para os alunos, mas infelizmente, o alcance é limitado já que somente uma parcela dos alunos possui celular e internet” (P07).

“As famílias em geral, não possuem estrutura para realização de uma proposta como esta. Tratando-se da rede pública, algumas famílias não têm nem o que comer... No dia a dia já apresentam dificuldades, pense em um momento tão complicado como esse. Sem falar que o acesso à *internet* em nosso país, em nossa cidade, não é universalizado” (P14).

“Esta seria uma boa proposta se todos os alunos tivessem os recursos necessários (computador, internet, impressora....) para fazer as atividades juntamente com os seus responsáveis” (P19).

Entendemos que todas as ferramentas mencionadas atendem à ideia da educação mediada por tecnologias que segundo Tarja (2001), pode ser concebida pela sua maneira de organizar, elaborar e sistematizar a busca de transformação de questões educativas, com foco no processo comunicativo e inventivo para a produção, construção e difusão do conhecimento. O processo educacional com aporte tecnológico se efetiva nas práticas e na sua (res)significação para a aprendizagem, em vários espaços e contextos educacionais. As produções que possuem essa finalidade e que são incorporadas à didática-metodológica de ensino podem ser consideradas como tecnologia aplicada (CRUZ, 2019), fazendo de docentes e discentes criadores de subsídios que impulsionam a construção do conhecimento.

Como consequência do envio das atividades pelas escolas que assim procederam, ficou a curiosidade acerca da forma de acompanhamento realizada. Neste sentido, questionamos: ‘de que maneira está ocorrendo o acompanhamento (escola/professor) para a realização das atividades propostas?’. Os participantes afirmaram que realizam a devolutiva e/ou acompanhamento das atividades por meio eletrônico como *e-mail* e/ou *whatsapp* (13,09%). Outros afirmaram que estavam fazendo este procedimento através do rastreamento de hashtags no post (2,38%). Em alguns casos, os respondentes apontaram que embora as atividades tenham sido disponibilizadas, estas não seriam corrigidas (38,09%). Também foi mencionado que a cada entrega de novas atividades impressas, as anteriores são/serão devolvidas para a escola/professor (11,90%). Algumas escolas e professores optaram por mesclar os procedimentos de acompanhamento (22,64%). Vale dizer que em alguns casos, a pergunta não se aplica, pois não foram enviadas atividades aos alunos.

O acompanhamento das atividades propostas é um ponto importante a ser refletido. Segundo Santo (2016), este acompanhamento inclui o estabelecimento de vínculo afetivo-pedagógico; rápida devolutiva e práticas de assistência e supervisão das atividades. Como estamos enfatizando a Educação Mediada por Tecnologia, caberia aos docentes monitorar e instigar a participação dos alunos, sugerir sequências de estudo, dirimir dúvidas, promover debates e isso exige a articulação de algumas competências pedagógicas, gerenciais, tecnológicas e socioafetivas que, a partir dos dados coletados, não está ocorrendo. E isso é evidenciado na fala do respondente P59 quando este afirma que “só tem sentido propor atividades, se estas foram mediadas e validadas. Caso contrário seria somente uma prática para preencher o tempo do aluno”. Tendo em vista que estamos lidando com sujeitos cognoscentes, potencializar suas aprendizagens, se faz urgente, sendo este um grande desafio, sobretudo para os professores, considerando a faixa etária do público do ensino fundamental.

Sobre a importância dessas atividades para os alunos e suas famílias, cerca de 8,3% consideram as atividades irrelevantes; 25% consideram extremamente importantes; enquanto 66,7% afirmam que são relevantes desde que a rotina das crianças e jovens seja flexibilizada, de onde inferimos que as atividades precisam sofrer mudanças em sua estrutura e propositiva. Sobre a relevância da proposta de atividades durante o período de distanciamento social, vejamos as falas abaixo:

“Durante esse tempo de distanciamento é importante o aluno desenvolver atividades programadas, para terem um direcionamento por parte da escola, mesmo sendo através do *whatsapp* e sem haver correções” (P63).

“Manter os estudos durante o isolamento é importante para não ficarem ainda mais em desvantagem com relação aos alunos das escolas particulares. Uma rotina de estudos moderada é importante para um uso ativo do tempo e o amadurecimento das ideias nesse momento delicado” (P77).

Outros respondentes consideram a proposta irrelevante, pois no entendimento destes, não surte o efeito esperado, como podemos inferir a partir da fala do participante P70, ao afirmar que “educação *online*, disponível para todas as classes sociais, não existe. As atividades e propostas de aula a distância durante o período de isolamento só seria viável se os nossos governantes através de políticas públicas, favorecessem tecnologia para todos e implementassem projetos com este intuito”.

Por fim, neste bloco, foi contestado sobre as dificuldades enfrentadas na realização das atividades. Ao que os respondentes sinalizaram dificuldade na elaboração do material (5,96%); acompanhamento das atividades pela família (22,62%); mediação do professor na execução das atividades (34,52%); meios para disponibilização do material produzido (13,09%); outros (23,81%). No caso deste último, os respondentes apontam um conjunto de dificuldades existentes, não atribuindo especificamente a este ou aquele fator, um obstáculo central durante o processo. Contraditoriamente, mesmo os participantes que afirmaram não terem enviado atividades, responderam a esta questão, o que inferimos que estes trabalham no campo da suposição, uma vez que não tiveram a experiência do trabalho pedagógico com todas as suas nuances, numa situação atípica, neste momento de pandemia.

A maior dificuldade apontada pelos participantes foi a falta de mediação do professor na execução das atividades realizadas pelos alunos. Este dado, inferimos, tem profunda articulação com a forma como as atividades vêm sendo disponibilizadas, conforme informação dos respondentes. Ao que parece são propostas estáticas no sentido de estarem ali para serem feitas, sem a perspectiva de um retorno, de uma interação. Isso também relaciona-se com a própria proposta de acompanhamento das atividades, emergida durante a pesquisa.

As interações são essenciais para a troca de saberes e convergem para a aplicabilidade, desenvolvimento, execução, avaliação, sustentação e alcance dos objetivos traçados para as aulas. É fundamental pensar a mediação pedagógica como parte de um processo, considerando os estímulos mediadores propostos como também uma atenção especial com relação às práticas dos estudantes, sem falar da intencionalidade existente nas propositivas das tarefas.

Ao serem questionados sobre quais seriam os pontos positivos, na realização dessas atividades, as respostas obtidas foram agrupadas de acordo a um campo semântico, a partir da análise da ideia central do discurso. É importante dizer que foram apontadas pontos positivos tanto com relação aos alunos quanto aos próprios professores. Dentre os pontos positivos mencionados destacam-se a aproximação/contato/vínculo do aluno com a escola, mencionado por 26,19% respondentes. Os excertos abaixo ilustram esta questão:



“Os alunos precisam sentir que estão amparados pela escola nesse momento difícil. Manter o vínculo com a escola é importante e as atividades fazem esta aproximação” (P12).

“Em se tratando da educação de jovens e adultos, alunos diferenciados por conta da idade e de objetivos distintos, que na sua grande maioria, se encontra no processo de alfabetização, é crucial a manutenção de um vínculo, mesmo sem a presença do professor, para evitar a evasão” (P38).

A manutenção da rotina de estudos/responsabilidade, mencionado por 21,43% participantes e aprendizagem e/ou desenvolvimento de habilidades cognitivas, dito por 19,05% participantes da pesquisa. Estes dados nos sugerem algumas contradições, sobretudo quando pensamos que uma das dificuldades apontadas é a falta de mediação do professor na execução das atividades. Outras questões apontadas pelos respondentes, foram: aprendizagem e/ou desenvolvimento de habilidades cognitivas; participação da família na aprendizagem; aprendizagem em diferentes contextos; ocupação do tempo do aluno; ganho de tempo, praticidade, facilidade. Estas, conjuntamente, perfazem 8,39% das respostas obtidas.

Com relação aos pontos positivos das atividades para os professores, encontramos: adaptação tecnológica – mencionado por 14,29% dos respondentes; inovação – dito por 3,57% dos entrevistados. Um exemplo de abordagem destas questões é o excerto explicitado a seguir:

“Havendo a possibilidade, usar recursos tecnológicos para manter o vínculo pedagógico da melhor forma possível é trabalhar na perspectiva da saúde mental das pessoas como um todo. Além disso, muitas ferramentas estão disponíveis faz tempo, muitos professores já queriam aprender a dominar todo esse universo, mas lhe faltava tempo. Agora, é possível dedicar-me a estudar a respeito e interagir, usar a tecnologia a serviço da sociedade de uma forma muito salutar. É verdade que temos aí uma realidade de exclusão muito clara em relação a alunos e professores que não tem a oportunidade de ter recursos que os integrem nesse âmbito. Mas ter essa possibilidade como recurso importante no processo de ensino-aprendizagem” (P84).

Um percentual de 2,38% dos respondentes afirmou que o ponto positivo é a manutenção do emprego do professor e/ou uma justificativa para o pagamento das mensalidades para o caso de instituições privadas, como fica evidenciado nos excertos abaixo:

“Justificar para os pais a necessidade de manter a mensalidade da escola em dia” (P37).

“Para as crianças, a continuidade da rotina de estudos. Para o professor, a manutenção do emprego” (P45).

“Manter os salários dos professores, visto que o pagamento das mensalidades é justificado pelo envio dessas atividades, assim como pelas aulas em formato de “lives” e, ainda, minimizar os possíveis prejuízos pedagógicos sofridos pelos alunos” (P10).

Vale dizer que quatro dos respondentes (4,7%) disseram não identificar pontos positivos na proposta de envio de atividades e/ou desenvolvimento de uma proposta pedagógica específica para os alunos, como informam os respondentes P10 e P45, respectivamente: “não vejo nenhum ponto positivo na realização dessas atividades neste momento delicado que estamos vivendo. Vejo interesse financeiro”; “não vejo pontos positivos, pois têm famílias que não têm acesso a tecnologia, e alguns pais não sabem ler para acompanhar as atividades”.

No terceiro bloco, foi disponibilizado um espaço para registro, pelos respondentes, de pontos de interesse que não tenham sido contemplados no questionário. Em um dos registros feitos, chama atenção a falta de suporte por parte das instituições e das Secretarias de Educação:

“A secretaria de educação do nosso município, para nós que trabalhamos no ensino público, não ofereceu nenhum tipo de formação para atuarmos com estas aulas. Simplesmente pediu as atividades ou gravação de vídeos, mas não tivemos nenhum tipo de orientação de como deveríamos proceder na elaboração dessas atividades” (P24).

O comentário feito revela uma questão crucial dentro da perspectiva trabalhada neste artigo. O aparato tecnológico digital, a exemplo dos vídeos gravados, como citado, sem maiores preocupações com normativas educacionais, nos leva a reiterar que a ferramenta em si, pura e simplesmente utilizada, sem o delineamento de estratégias de ensino e, conseqüentemente vislumbre de aprendizagem, tem um efeito controverso sobretudo quando pensamos na ideia de transformar através da prática, ressignificar as relações, potencializar as práticas pedagógicas transformativas e reflexivas.

Nas palavras de Pimentel e Carvalho (2020), mesmo quem tem experiência com o uso das tecnologias aplicadas à educação e com Educação a Distância sabe que a situação atual é diferente, há restrições e potencialidades que a difere do que usualmente se pratica nesta modalidade. A ausência de orientação e formação específicas, sem o entendimento do funcionamento dos artefatos digitais inseridos no contexto educacional, sem de fato, uma operacionalização pedagógica, apenas insere as tecnologias digitais no contexto pedagógico causando uma falsa impressão de que estas ferramentas modificam, por si só, os processos de ensino e aprendizagem. Conforme Sibilia (2012, p. 182),

[...] a aparelhagem técnica é considerada um mero instrumento a ser incorporado às práticas escolares, como se fosse uma ferramenta neutra capaz de atualizá-las [...]. mas seria ingênuo acreditar que solucionarão por si só os complicados problemas [...] Com efeito, nem os computadores nem a *internet* nem os telefones celulares são recursos “neutros”, como se costuma dizer, cuja eficácia dependeria da utilização que lhe é dada.

Silva (2020), corrobora com este entendimento quando assevera que “nenhuma tecnologia, por si mesma, pode equacionar problemas educativos. A ação educativa é complexa porque é sempre intencional, politizada, dialógica, socializadora e humanizadora. [...] Nós ainda não produzimos um computador com um programa capaz de processar a complexidade do ato de educar”. Portanto, não é essa a concepção didático-pedagógica que se propõe para as suas aulas *online*. Destarte, as tecnologias digitais quando aplicadas ao âmbito educacional têm sua especificidade e aplicabilidade, devendo ser pensada como um componente adequado e necessário ao contexto educativo, a depender do resultado pedagógico que se planejou alcançar.

Cerca de cinco meses após a realização da primeira etapa desta pesquisa, voltamos a campo, para coletar mais informações sobre o quadro da educação remota nos municípios baianos estudados. Nesta etapa, responderam 64 profissionais que haviam participado na etapa anterior. O primeiro questionamento feito foi sobre a estrutura dada pela instituição escolar para a realização das atividades remotas no decorrer da pandemia. Esta informação foi importante para compararmos com os relatos iniciais e compreendermos o panorama do período.

Os respondentes sinalizaram alguns avanços, sobretudo na mobilização da equipe e na estrutura ofertada pelas Instituições de ensino que fizeram investimentos em plataformas digitais e cursos de formação para os profissionais, além de *lives* temáticas. Uma das plataformas muito mencionadas foi o Google Meet além do *Teams*. Também foi mencionada a compra de materiais como câmera e teclado, por exemplo,

para atender às necessidades dos professores em suas aulas como também “kits Pedagógicos para os que não têm conexão” (P36). Um dos respondentes comentou que a escola disponibilizou computadores e internet, na própria instituição, para uso dos profissionais que tiveram dificuldade de acesso.

Algumas práticas, como a entrega de atividades impressas, foram mantidas, tendo em vista que muitos alunos não possuem acesso à internet. No entanto, agregou-se a esta ação, outras que também contemplaram os alunos com dificuldade ou sem acesso, como evidenciam as falas a seguir:

“Atividades disponibilizadas no blog da escola, na plataforma classroom e impressão para os alunos que não tem acesso a internet” (P10).

“Exercícios foram enviados por *e-mail* e deu a alternativa das famílias buscarem as atividades na escola, inclusive as atividades avaliativas” (P44).

Além destas iniciativas, os respondentes sinalizaram sobre a construção de uma rede de apoio entre eles, quando foram criados grupos de whatsapp, onde receberem não apenas orientações pedagógicas, mas acolhimento psicológico para professores e alunos. Muito embora haja um reconhecimento dos avanços nesta segunda etapa, ainda encontramos cerca de 18% dos profissionais, que apontaram para a inexistência de uma estrutura ofertada pelas Instituições, ao afirmarem:

“Os professores utilizam os seus próprios equipamentos e tentam adequar as atividades para cada situação de aluno, inclusive aqueles com necessidades especiais” (P63).

“O professor teve que investir em aparelhos como computador, celular, webcam para realizar seu trabalho durante esse processo de pandemia” (P21).

“Infelizmente estamos atuando como podemos. Professoras buscando inovações e didáticas diferenciadas sem nenhuma supervisão escolar ou estrutura” (P15).

As falas reiteram uma denúncia acerca da intensificação da precarização do trabalho docente que neste entendimento está para além da perspectiva que sugere a relação entre saúde e trabalho, mas que envolve outros aspectos, a exemplo do aspecto financeiro. Considerando que o ensino presencial é marca registrada das instituições escolares que ofertam o ensino fundamental, os professores e professoras deste nível de ensino, possivelmente não estavam preparados para enfrentar a nova realidade que se impôs. Esta falta de preparo não está apenas, como visto ao longo do artigo, em questões de manuseio e utilização das ferramentas, entre outros, mas também na disponibilidade dos recursos.

Segundo Souza (2020), com a emergência da pandemia de Covid-19, as dimensões da precarização ganharam visibilidade, sendo que o simulacro do combate ao desemprego pela via da precarização, o home office e a uberização são componentes que se destacam na atual conjuntura. Para o autor, mesmo para os professores que têm potencial para o teletrabalho, a forma abrupta com a qual o trabalho remoto foi adotado, tem resultado em sobreposição do trabalho com outras atividades diárias, e nós, acrescentamos, outros gastos em prol do próprio exercício laboral, como identificado nas falas dos respondentes.

Outra questão feita foi sobre os pontos positivos e negativos do distanciamento social com relação ao desenvolvimento de atividades pedagógicas para alunos e professores. Os respondentes, 55%, destacaram como positivo os aprendizados conquistados ao longo do processo, conforme ilustrado na fala do participante P37: “uma nova visão acerca do modo de se fazer educação, utilizando as diversas ferramentas que as tecnologias nos fornecem”. O estreitamento do vínculo entre escola e família também foi mencio-

nado como positivo, além do trabalho colaborativo e o reconhecimento da necessidade de inovação da prática pedagógica. Por conseguinte, foram observados outros avanços, esboçados nas falas a seguir:

“A situação da pandemia relacionada à educação, conseguiu mostrar a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso à tecnologia de informação e internet” (P01).

“Estamos desenvolvendo habilidades no que dizem respeito ao uso das tecnologias digitais no âmbito educacional, revisitando nossa formação, inclusive” (P29).

“Para mim, o que tem de positivo é que os alunos despertaram para a realidade de que podem aprender conteúdos sem a necessidade de se deslocar de sua casa. Além disso, aprenderam a organizar seu tempo para separar o tempo de estudo do tempo de entretenimento. Entendo também que a atividade de ensino será mais valorizada porque as pessoas já estão percebendo o prejuízo que terão ao abrir mão da estrutura escolar para o aprendizado dos mais jovens” (P30).

Com relação aos pontos negativos, os respondentes sinalizaram a questão da falta de acesso dos alunos e até mesmo de alguns profissionais, à internet, o que denota a desigualdade social existente. Outros 30% mencionaram as perdas salariais. Outras questões como a falta de compromisso por parte dos alunos, o prejuízo com relação ao conteúdo, o distanciamento físico entre professores e alunos, foram apontadas por cerca de 20% dos respondentes. Estes dados nos levam a inferir que houve uma melhoria na perspectiva destes profissionais ante a situação, diferentemente do que ocorreu na primeira etapa da pesquisa.

Com relação à participação da família neste processo, os respondentes revelam que tem sido positiva. Destes, 55% dizem que as famílias têm sido parceiras e que estas “tem se esforçado, porém com muitas limitações” (P27). Neste caso, os respondentes sinalizam que o papel da coordenação pedagógica das escolas tem sido fundamental para estimular a participação e a divisão das responsabilidades. Um dos respondentes chama atenção para o fato de que esta participação, em alguns casos, ocorre em virtude das ações agregadas promovidas pelos sistemas de ensino como a entrega de cestas básicas, por exemplo, como evidenciado na fala a seguir do responde P15: “aquelas que acreditam na educação e no seu poder estão preocupadas e acompanham seus filhos, as demais relacionam o recebimento da atividade com o auxílio a alimentação (a cesta básica)”.

Em contrapartida, 45% dos respondentes, avaliam a participação das famílias como insuficiente. Isto porque, como nos informa um dos participantes, “É muito difícil a participação da família nas atividades, pois muitas delas não sabem ensinar a criança, ou não tem *internet* para interagir com o discente” (P16). Corroborado pela fala do respondente P04, que opina que a participação das famílias é insuficiente “por questões culturais e pelo tardio ingresso do Brasil na democratização tecnológica”.

Quando questionados sobre o monitoramento das atividades remotas, 31,25% dos respondentes disseram não ter havido aperfeiçoamento do acompanhamento das atividades propostas. No entanto, os demais, apontaram que houve melhora, mas que estas ainda têm limitações como em todo o processo e que as escolas e seus profissionais estão buscando, constantemente, melhorar as estratégias adotadas. Neste sentido, como afirma um dos respondentes, “ao longo do tempo foi possível aprimorar estratégias para tornar as atividades mais significativas e funcionais” (P23). Sobre o monitoramento das atividades, temos as seguintes respostas:

“Sim, tem a entrega das atividades e o retorno também. No retorno corrigimos as atividades e preenchemos umas fichas, além disso, mesmo com as atividades sendo entregues de forma impressa, os professores

fazem acompanhamento diariamente pelo whatsapp com os pais e alunos” (P07).

“Sim. Temos reuniões virtuais regulares com professores, com colegiado, coordenadores e a escuta ao aluno é uma constante” (P21).

“Durante todo o percurso, de maio até os dias atuais, apesar de ser um trabalho que não foi respaldado pelo governo. Postagens de vídeos, enquetes, fórum de discussão, apresentações de seminários, videoconferências, atendimento pedagógico, lives, chats...” (P31).

Ao final do questionário solicitamos que cada participante fizesse alguma observação sobre a sua atuação docente neste momento atípico. Neste momento, as professoras e professores também denunciaram - sobretudo os que trabalham em escolas públicas - a falta de apoio das Secretarias de Educação ao afirmar que estas não ofertaram o auxílio pedagógico esperado. Uma das respondentes nos fala: “estimulei a formação de grupos de *whatsapp* para cada série (com exceção do 6º ano. Passei atividade pelo zap até a secretaria disponibilizar um AVA. Esse ambiente ficou disponível por 2 meses e depois foi cortado. Nos últimos dois meses passamos apenas atividades escritas e orientamos os alunos (aqueles que apresentarem dúvidas) pelo *whatsapp*” (P50). Outros continuaram a denunciar a precarização do trabalho docente, como na fala que segue: “Com a pandemia claramente houve um acúmulo de função muito grande para nós educadores. Trabalhar dentro de casa na dinâmica que estamos, vem nos consumindo muito. A carga de trabalho parece ter aumentado” (P39).

Porém, consoante ao que já havia sido dito anteriormente, os professores e professoras, em sua maioria, falaram deste momento como sendo de aprendizagens e descobertas. Muitos respondentes também falaram sobre a necessidade de reinvenção neste momento, ressaltando a importância da formação continuada, como vemos na fala de P33: “tem sido desafiador!! Diante da realidade temos percebido uma busca maior por formação de professores para uso das tecnologias digitais, até mesmo para que possamos nos reinventar. Há uma grande rede colaborativa de conhecimento sendo criada. A partilha e a colaboração tem ganhado força”. E esta questão da formação é algo muito presente nas falas, até porque, como nos diz um respondente, “não será possível continuar no modelo antigo e sim nos reinventar a cada dia no processo educacional” (P58).

A questão da falta de orientação e de suporte para este tipo de atividade parece ter sido decisivo para o panorama identificado com a pesquisa em sua primeira etapa. Por um lado, trata-se de uma situação não prevista e por outro lado, evidencia a falta de investimento numa área de formação tão cara, atual e que se encontra em expansão. Na segunda etapa do estudo, foram identificados sinais de melhoria e de perspectiva para as escolas e profissionais, mas certamente ainda há um percurso longo a ser trilhado e amadurecido especialmente quando tocamos na questão da formação e preparação técnica, ao que Takahashi (2000) sinaliza ao preconizar que educar na atual sociedade também está relacionado à criação de sujeitos preparados para lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. As mudanças pelas quais passa a sociedade, ao longo dos anos, influenciam diversas instâncias, dentre elas, a educativa. Isso se traduz em maneiras diversas de conceber e praticar o ato educativo.

## 4. Conclusões

Nos propomos a delinear um panorama do momento atual, refletindo acerca das ações pedagógicas desenvolvidas por professores e instituições formais de educação básica, destacando a necessidade de se diferenciar a modalidade da Educação a Distância e a Educação Mediada por Tecnologias.

Na primeira etapa da pesquisa percebemos certa improvisação das escolas e professores que procuraram dar uma rápida resposta às famílias e à sociedade em geral, com relação à manutenção das

atividades pedagógicas. Os docentes, que não tinham experiência com o ensino remoto nem formação específica, empenharam-se para enviar atividades programadas; em alguns casos, buscaram diversificar as propostas de atividades, os meios de disponibilização e acompanhamento, entre outros aspectos abordados ao longo do estudo.

Até antes de a sociedade viver esse momento instável, o modelo de educação vigente valorizava, segundo Kenski (2003, p. 92), “o ensino rotineiro e repetitivo”. Com a pandemia, veio o momento em que se rompe com as maneiras comuns de efetivação das práticas educativas e de modo repentino, urgente e emergente, houve a possibilidade de intensificação do uso das diferentes tecnologias. Contudo, mesmo usando plataformas, dados, redes sociais digitais e interfaces “tecnopedagógicas” (RIBEIRO, 2017), as instituições ainda não vivenciavam todo o potencial que as tecnologias digitais podem proporcionar à educação.

No entanto, a título de enfrentamento principal nesse momento de pandemia, há a necessidade cada vez maior de dar seguimento aos processos educativos adequando às propostas às demandas. As tentativas de propositivas de ações pedagógicas desenvolvidas por professores e instituições formais de educação básica têm sido feitas, seguindo os princípios conceituais sobre as tecnologias inseridas no contexto educacional. Assim, (trans)mídias, suportes técnicos, artefatos digitais, unidades codificadas e sonoras, conteúdos disponibilizados por meios digitais e ferramentas de acessibilidade ao aprendizado com o objetivo de auxiliar o processo educativo, ganham espaço na tentativa de se colocar a tecnologia a serviço da educação (CRUZ, 2019).

Na segunda etapa da pesquisa foram identificadas mudanças positivas na perspectiva dos profissionais, um nível de organização mais bem estruturado, mesmo que ainda sejam identificadas questões preocupantes como intensificação da precarização do trabalho docente, falta de investimento na formação dos professores e professoras para lidar com as tecnologias digitais, falta de mediação na execução das atividades propostas, entre outros.

Significa dizer que este é um momento em que se reforçam, no âmbito educativo, procedimentos didático-pedagógicos-metodológicos com a inserção das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, como parte do enfrentamento à questão, professores e estudantes se encontram em linha de aprendizado frente ao uso desses suportes e ferramentas, assim como se percebem agentes dessa ordem e cultura digital.

Ante o contexto emergido com a pesquisa, os dados coletados evidenciaram que o que tem sido feito e produzido durante este momento atípico é uma alternativa de manutenção das aulas na educação básica e não se caracteriza nem como Educação na modalidade a distância nem como uma Educação Mediada por Tecnologias. O que se verifica é que o ensino tem sido auxiliado pelos aparatos tecnológicos e que muito se precisa avançar no contexto educativo atual.

Os desafios que se apresentam, refletem situações peculiares de quem vai ensinar de quem vai aprender e de todo um sistema de ensino. Um desafio que é sempre compartilhado, pois trata-se da dificuldade em saber lidar com os aparatos tecnológicos, com as formas como esta nova realidade se processa. Por isso recomendamos, posteriormente, um estudo aprofundado sobre os impactos destas ações, nos alunos e suas famílias, nos professores e sistemas de ensino, a fim de aperfeiçoar eventuais propostas.

Neste sentido, é de suma importância aproveitar o momento para se pensar a necessidade de um processo de reconstrução das formas de aprendizagens envolvendo diferentes processos formativos (de alunos e professores) tendo em vista a realidade que se anuncia na educação básica. Para além da discussão em torno da Educação a Distância e do Ensino Mediado por Tecnologias, notamos a necessidade de aperfeiçoar eventuais propostas e resolutivas das problemáticas emergentes renunciando alguns questionamentos e lacunas a partir da investigação aqui iniciada e favorecendo uma perspectiva de formulação de políticas públicas sérias, na área da educação.



## 5. Referências

- ALVES L. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **RBAAD** 2011; 10:83-92. Disponível em <<http://www.abed.org.br/revistacientifica>>. Acesso em 13 de maio de 2020.
- BAHIA. Decreto 19.528/2020. Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, na forma que indica, e dá outras providências. Palácio do Governo do Estado da Bahia. Casa Civil. 16 de março de 2020.
- BAHIA. Decreto 19.586/2020. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Palácio do Governo do Estado da Bahia. Casa Civil. 27 de março de 2020.
- BAHIA. Decreto 28.128/2020. Altera o Decreto nº. 19.586, de 27 de março de 2020, na forma que indica. Palácio do Governo do Estado da Bahia. Casa Civil. 01 de dezembro de 2020.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96. Estabelece a as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Ministério da Educação. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- CRUZ, D. A. C. S. **Formação continuada de professores a distância:** contribuições do Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais na prática docente. . Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia - Programa de Pós - graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOEDERT, L.; ARNDT, K. B. F. Mediação Pedagógica e Educação Mediada por Tecnologias Digitais em tempos de pandemia. **Criar Educação**, Criciúma, v. 9, nº2, Edição Especial 2020.- PPGE – UNESC.
- GOEDERT, L.; BORGES, M. K. Comunicação mediada por TIC: saberes, colaboração e conflito na aprendizagem *online*. In: **XXIII Colóquio da AFIRSE/As pedagogias na sociedade contemporânea - Desafios às escolas e aos educadores**, Lisboa: AFIRSE. EDUCA/Secção Portuguesa da AFIRSE, v. 1, p. 1-10, 2017.
- GOUVÊA, G. C. I. OLIVEIRA. **Educação a Distância na formação de professores:** viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. 2002. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>> Acesso em 09/06/2020.
- NONATO, S. R. E; SALES, S. M. V. Educação a Distância, Hipertexto e Currículo: flexibilidade e desenho didático. In: **Educação a Distância:** percursos e perspectivas (org). Salvador, EDUNEB, 2017.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. **Orientação da OMS para prevenção da COVID-19**. Disponível em <<https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>> \h/www.HYPERLINK <http://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/> Acesso em 22 de março de 2020.
- PIMENTEL, M.; CARVALHO, F. S. P. **Princípios da Educação online:** para sua aula não ficar massiva nem maçante. SBC Horizontes, maio 2020. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online>>. Acesso em 15 novembro de 2020.

- RIBEIRO, L. B. A **Robótica pedagógica livre e a convergência Tecnopedagógica**: Potencial educativo. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia - Programa de Pós - graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 2017.
- SALES, M. **Proformação**: Resignificando o uso da mídia impresso na educação a distância para formação de professores. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador: UNEB, 2006.
- SANTO, E. do E. Ensinar e aprender na Educação a Distância: um estudo exploratório na perspectiva das práticas tutoriais. In: **Research, Society and Development**, v. 3, n. 2, p. 92-114, dez. 2016.
- SIBILIA, P. **Redes ou paredes**: a escola em tempos de dispersão. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SILVA, L. T. G. **Pensar a Educação Mediada por Tecnologias**. Disponível em <<http://www.ce.ufpb.br/leppi/contents/documentos/publicacoes/pensar-a-educacao-mediada-por-tecnologias-digitais.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2020.
- SOUZA, D. de O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trab. educ. saúde**. vol. 19. Rio de Janeiro. Jan. 2021 Epub Oct 19, 2020.
- TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasil: Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.
- TARJA, S. F. **Informática na Educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, 2001.